

BE avança com projecto para impedir que doentes paguem transporte dos bombeiros

28-Jan-2011

O Bloco de Esquerda entregou na Assembleia da República um projecto de resolução sobre o transporte de doentes não urgentes pelos bombeiros, com o objectivo de anular o despacho do Governo que determina, salvo para algumas doenças crônicas, que os doentes que ganhem mais de 419 euros por mês tenham de pagar a deslocação.

O partido pretende a suspender o critério de insuficiência económica no acesso ao transporte pago de doentes não urgentes, por considerar que a fazer depender o acesso ao transporte pago da comprovação de insuficiência económica não só desrespeita os cidadãos em situação de debilidade e fragilidade, como não tem em consideração as desigualdades geográficas e de carência de mobilidade dos cidadãos, sem esquecer a natureza dinâmica do estado de saúde de alguns doentes.

Em causa está o Despacho 19264/2010 do Ministério da Saúde, publicado a 29 de Dezembro, que determina que o Estado só assumirá o pagamento do transporte em ambulância quando o utente comprove com justificação médica e insuficiência económica. O problema já motivou uma posição da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), que decidiu convocar um congresso extraordinário. A LBP, após reunião com o secretário de Estado da Saúde, já pediu a anulação do decreto.

Os bloquistas entendem, por seu lado, que a excluir do acesso ao transporte pago todos cidadãos com rendimentos superiores ao salário mínimo nacional não tem em conta os tratamentos a que os doentes têm de se submeter, deslocando-se a efectuar, serviços públicos ao seu alcance, etc, e a reveladora da desresponsabilização do Estado, enquanto actor social, na implementação de políticas que tenham como objectivo maximizar o bem-estar das populações.

Auditória detecta irregularidades

A par com o projecto, o BE deu também entrada com um requerimento dirigido ao Ministério da Saúde, onde solicita acesso à auditoria encomendada pela Administração Central do Sistema de Saúde sobre o transporte de doentes não urgentes e onde terão sido detectadas algumas irregularidades que estão na origem das alterações às regras feitas pela tutela. A auditoria, já divulgada pelo PÁBLICO, detectou inúmeros casos em que foram feitos pagamentos sem a justificação médica, facturação de viagens fictícias, pagamentos em excesso e reembolsos sem o respectivo comprovativo. Permitiu ainda perceber que o preço pago por quilômetro variava nas cinco administrações regionais de saúde e que o transporte prescrito em modalidade de "grupo" surgia várias vezes facturado como transporte individual.

No requerimento, o deputado João Semedo destaca que este tipo de transporte de doentes tem grande relevância e que quando surgiu foi destacado como o interesse de a comunidade em geral e de os doentes em particular disporem de uma rede de transportes de saúde de que lhes garanta cabal satisfação das suas necessidades nesta matéria. O parlamentar refere também que a Lei de Bases da Saúde sublinha que é fundamental obter igualdade dos cidadãos no acesso aos cuidados de saúde, seja qual for a sua condição económica e onde quer que vivam para garantir a equidade. E lembra que os originadores da procura de transporte são urgente e essencialmente as instituições de saúde, pelo que se pressupõe a justificação clínica.

Esta semana, no âmbito da comissão parlamentar de Saúde, a ministra Ana Jorge esclareceu que o despacho que determina que os doentes com rendimentos superiores a 419 euros têm de pagar o transporte dos bombeiros ainda não está em vigor. A titular da pasta da Saúde explicou que ainda não é possível fazer a avaliação da condição económica dos doentes, em resposta a uma pergunta do deputado comunista Bernardino Soares, que alertou que milhares de doentes estão a faltar a tratamentos e consultas por falta de transporte e uma pergunta da social-democrata Clara Carneiro, que pediu uma imediata revogação do despacho de Dezembro.

Independentemente das condições financeiras, o Ministério da Saúde prevê algumas exceções ao pagamento, nomeadamente no caso de doentes com cancro, que fazem hemodiálise, que tenham tido alguns transplante ou que tenham perturbações visuais graves.

http://publico.pt/Política/be-avanca-com-projecto-para-impedir-que-doentes-paguem-transporte-dos-bombeiros_1477345